



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 28/XV/1.^a SL

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de 2023, reuniu, pelas 15 horas, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala dez do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata n.º 25 de 10 de janeiro, da ata n.º 26 de 17 de janeiro e da ata n.º 27 de 19 de janeiro

2 – Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2021
Autora do parecer: Deputada Lina Lopes (PSD)

3 – Apreciação de requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA

4 – Diversos

A Senhora **Presidente da Comissão, Deputada Alexandra Leitão (PS)** deu início à reunião com o ponto 1 onde colocou à apreciação as atas n.ºs 25, 26 e 27. Não merecendo observações, foram as mesmas submetidas a votação e aprovadas com os votos a favor do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes a IL, o PCP e o BE.

No ponto 2 a **Senhora Presidente** deu de imediato a palavra à Senhora **Deputada Lina Lopes (PSD)** para fazer a apresentação do seu parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2021, finda a qual e na ausência de comentários ou sugestões, a Senhora Presidente submeteu-o a votação tendo as suas partes I e III sido aprovadas com os votos a favor do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes a IL, o PCP e o BE.

Prosseguindo com os assuntos agendados, a **Senhora Presidente da Comissão** sugeriu que o ponto 3, dedicado à apreciação do requerimento apresentado pelo CHEGA, fosse abordado à porta fechada, na medida em que pressupunha ser abordada matéria que outrora havia sido tratada sob reserva. Solicitou, contudo, que os GP se pronunciassem.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 28/XV/1.^a SL

Os Senhores **Deputados Francisco Pereira Oliveira (PS), Rui Paulo Sousa (CH) e Emília Cerqueira (PSD)**, disseram nada ter a opor ao proposto, fazendo até sentido por razões de coerência procedimental, tendo a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD) no entanto remetido a decisão final sobre a matéria para a Mesa.

Das intervenções feitas pelos senhores Deputados, a Senhora **Presidente da Comissão**, concluiu que o ponto 3 seria então tratado sob reserva no final da reunião. Passou então para o ponto 4.

No ponto Diversos a **Senhora Presidente** informou que perante a discussão havida na anterior reunião da Comissão sobre o pedido de adiamento do parecer relativo à Senhora Deputada Jamila Madeira ocorrido na reunião da Comissão do dia 20 de dezembro, solicitou aos serviços para ouvir o áudio da reunião e fazer a sua transcrição integral sobre esta matéria. Entende por isso que a ata correspondente a esta reunião, ata n.º 20, deve ser alterada no sentido de, relativamente a esta matéria, dela passar a constar a transcrição do áudio, dada a divergência de perspetivas entre os Grupos Parlamentares quanto à forma como sucedeu o adiamento. Nesse sentido, passou a ler a transcrição do áudio para que os Grupos Parlamentares tivessem conhecimento do que iria passar a constar da ata, a qual seria novamente submetida a votação, nos termos propostos, na próxima reunião da Comissão.

Finda a leitura da transcrição, usou da palavra a Senhora **Deputada Emília Cerqueira (PSD)** para reforçar que, da leitura feita, no seu entender, considera o pedido de adiamento potestativo por parte do PS.

Em resposta a **Senhora Presidente** informou que o pedido de adiamento foi feito pelo PS e que nenhum dos restantes Grupos Parlamentares a ele se opôs, incluindo o GP do PSD, pelo que considerou e considera que o adiamento foi feito por deliberação da Comissão, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º-A do Regulamento da Comissão. A Senhora Presidente sublinhou que foi sempre este o procedimento seguido na Comissão, o qual nunca foi questionado, e só agora foi posto em causa.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 28/XV/1.^a SL

Em todo o caso, para que no futuro questões idênticas não voltassem a repetir, comprometeu-se a alterar o procedimento no sentido de submeter todos os pedidos de adiamento formalmente a votação. Submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada com os votos a favor do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes a IL, o PCP e o BE.

Seguidamente a Senhora Presidente informou que a Comissão havia recebido vários pedidos de jornalistas para terem acesso ao parecer da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, de 2010, relativo à situação da Senhora Deputada Jamila Madeira. Afirmou que em seu entender o mesmo deveria ser facultado a todos os que o solicitavam, proposta que submeteu à votação, tendo sido aprovada com os votos a favor do PS, PSD e CH, encontrando-se ausentes a IL, o PCP e o BE.

Concluído o ponto 4, a Senhora Presidente convidou os órgãos de comunicação social presentes na sala a ausentarem-se a fim de ser abordado o último ponto constatare da ordem de trabalhos, o ponto 3.

Já na ausência da comunicação social, a Senhora Presidente deu de imediato a palavra ao Senhor **Deputado Rui Paulo Sousa (CH)**, para fazer a apresentação do requerimento apresentado pelo GP do CHEGA.

Antes de iniciar a apresentação do parecer o Senhor Deputado fez duas considerações. A Primeira para sublinhar que nada move o CHEGA contra a Deputada Jamila Madeira (PS) e que teria a mesma posição em relação a qualquer outro Deputado de outro Grupo Parlamentar. A segunda foi no sentido de que entre os dias 17 e 20 de janeiro, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados (CTED) foi referida em cerca de 40 órgãos da comunicação social, existindo uma forte pressão sobre a CTED para se pronunciar expressamente sobre as diversas situações que têm vindo a público.

Seguidamente justificou a apresentação do requerimento pelo facto de a Comissão ter considerado inútil a Comissão pronunciar-se porque a Senhora Deputada desistiu do parecer o que não significa que a situação não ocorreu e sobre ela a Comissão não se



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 28/XV/1.^a SL

pronunciou, ainda. Sendo certo que existe um parecer em relação à REN Elétrica, a verdade é que não ficaram esclarecidas as dúvidas sobre a compatibilidade do exercício do mandato da Deputada Jamila Madeira com a atividade de consultora na REN SERVIÇOS, S.A. até porque, consultada a página da internet da empresa, verifica-se que a mesma presta serviços à REN ELETRICA, S.A. bem como ao ESTADO.

Assim, para bem da Deputada e da Comissão, o GP do CHEGA entende que a CTED deve elaborar parecer e dizer se existe ou não uma incompatibilidade, porquanto a dúvida que agora se coloca é a de que se estava tudo bem, porque suspendeu ao Senhora Deputada a sua relação laboral com a REN SERVIÇOS, S.A.?

Submetido o requerimento a apreciação, usou da palavra a Senhora **Deputada Marta Temido (PS)** para dizer que não vê utilidade em ser emitido um parecer sobre uma situação que já não existe, e em idêntico sentido se pronunciou o Senhor **Deputado Francisco Pereira Oliveira (PS)** dizendo que o CHEGA pretende a reapreciação de uma situação que já foi apreciada pela Comissão e sobre a qual já decidi nos termos em que todos concordaram. Entende por isso que não há margem para a Comissão voltar ao assunto.

A Senhora **Deputada Emília Cerqueira (PSD)** também considerou esgotados os poderes da Comissão, perante a decisão que tomou, não lhe competindo agora verificar a existência ou não de uma qualquer ilegalidade, mas que não se opunha a discutir o assunto novamente.

No final do debate a **Senhora Presidente** colocou à votação o pedido do CHEGA no sentido de que a Comissão «se pronuncie sobre a compatibilidade ou não, por parte da Deputada Jamila Madeira, do exercício do cargo de Deputada com uma atividade de profissional de consultora, a tempo parcial, na REN Serviços, S.A.», tendo sido rejeitado com os votos contra do PS, abstenção do PSD e os votos a favor do CH, encontrando-se ausentes a IL, o PCP e o BE.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 28/XV/1.^a SL

Não havendo outros assuntos a tratar a Senhora Presidente deu por concluídos os trabalhos e agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião.

A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 51 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de janeiro de 2023.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandra Leitão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 28/XV/1.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Leitão (PS)
Francisco Pereira De Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Marta Temido (PS)
Raquel Ferreira (PS)
Sofia Andrade (PS)
André Coelho Lima (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)
Diogo Cunha (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Araújo Correia (PS)
Artur Soveral Andrade (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo Castro (PS)
Paulo Pisco (PS)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 28/XV/1.^a SL

Pedro Delgado Alves (PS)

Rita Borges Madeira (PS)

Sofia Matos (PSD)

Rodrigo Saraiva (IL)

Alma Rivera (PCP)

Catarina Martins (BE)

Pedro Cegonho (PS)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Pedro Dos Santos Frazão (CH)